



**Convênio n.º 04/2014
2º aditamento
Processo n.º 714/2014**

**2º ADITAMENTO AO TERMO DE
CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A
DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO, A SECRETARIA DE
ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA E A FUNDAÇÃO
PROFESSOR DOUTOR MANOEL
PEDRO PIMENTEL - FUNAP, PARA
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSISTÊNCIA JURÍDICA
SUPLEMENTAR AOS PRESOS E
INTERNADOS CARENTES DE
RECURSOS.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.036.157/0001-89, com sede na Rua Boa Vista, 200, 8º andar, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada **DEFENSORIA**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, o Excelentíssimo Senhor Doutor Rafael Valle Vernaschi, a **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**, doravante denominada **SECRETARIA**, neste ato representada pelo Secretário de Estado, Doutor Lourival Gomes, e a **FUNDAÇÃO PROFESSOR DOUTOR MANOEL PEDRO PIMENTEL**, fundação integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 49.325.434/0001-50, com sede na Rua Dr. Vila Nova, 268, Vila Buarque, São Paulo/SP, doravante designada





FUNAP, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Doutora Lúcia Maria Casali de Oliveira, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **ADITAMENTO**, conforme plano de trabalho que o integra, bem como as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
- DO OBJETO -**

Constitui objeto do presente Convênio a prestação de serviços de assistência jurídica suplementar aos presos e internados condenados e provisórios, carentes de recursos, recolhidos nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo, descritos no Anexo I, conforme plano de trabalho datado de 28 de maio de 2015, acostado às fls. 409/418, constante dos autos do processo nº. 714/2014, que passa a fazer parte integrante do presente.

**CLÁUSULA SEGUNDA
- DOS COMPROMISSOS DA FUNAP -**

A **FUNAP** encaminhará, trimestralmente, as prestações de contas dos montantes despendidos no período anterior, sendo que o valor não utilizado remanescerá como crédito para as prestações subseqüentes e, ao final do convênio, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos recebidos, restituirá o saldo remanescente, nos termos do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira do Termo de Convênio original.

**CLÁUSULA TERCEIRA
- DOS RECURSOS FINANCEIROS -**

O valor global estimado deste **ADITAMENTO** é de R\$18.701.562,00 (dezoito milhões, setecentos e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais), sendo que a despesa de R\$ 10.909.244,50 (dez milhões, novecentos e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) onerará as dotações do Fundo de Assistência Judiciária - Unidade Gestora Responsável 420010, Programa de Trabalho 03.092.4200.5796.0000 Classificação de Despesa 33904113 do





orçamento do exercício de 2015, e o valor de R\$ 7.792.317,50 (sete milhões, setecentos e noventa e dois mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos) à conta do orçamento-programa do exercício seguinte”.

Parágrafo Único - O valor do repasse não excederá, em nenhuma hipótese, o previsto nesta cláusula.

**CLÁUSULA QUARTA
- DIÁRIAS E AJUDAS DE CUSTO -**

A **DEFENSORIA** repassará à **FUNAP** os valores referentes às ajudas de custo e/ou diárias, no montante de até R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais) durante a vigência do convênio, em razão dos deslocamentos e viagens, conforme discriminados em regulamento próprio, realizados pelos advogados atuantes nos termos deste **CONVÊNIO** e em razão exclusiva da prestação de assistência aos defendidos junto às unidades prisionais.

Parágrafo Único - O valor constante do *caput* desta Cláusula já se encontra computado no valor global a que se refere o *caput* da Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA QUINTA
- DAS METAS -**

Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, a realização do objeto do presente **ADITAMENTO** deverá atingir durante a vigência do presente **ADITAMENTO** o total de 1.103.040 (um milhão cento e três mil e quarenta) atuações, assim distribuídas:

- a)** - Benefícios: propositura de 126.000 (cento e vinte e seis mil) pedidos de benefícios ao ano, à razão de 10.500 (dez mil e quinhentos) pedidos por mês;
- b)** - Processos Administrativos Disciplinares (PAD): participação em 66.000 (sessenta e seis mil) processos disciplinares ao ano, à razão de 5.500 (cinco mil e quinhentos) por mês;





c) – Atendimentos: realização de 180.000 (cento e oitenta mil) atendimentos ao preso ao ano, à razão de 15.000 (quinze mil) por mês;

d) – Atos instrutórios à realização dos atendimentos: realização de 731.040 (setecentos e trinta e um mil e quarenta) atos instrutórios à realização dos atendimentos destinados a garantir o direito da pessoa privada de liberdade ao ano, à razão de 60.920 (sessenta mil novecentos e vinte) por mês.

Parágrafo Único - Para fiel consecução do objeto deste convênio, em especial quanto à necessidade de verificação do cumprimento da meta constante da alínea “c” desta cláusula, considera-se atendimento a entrevista pessoal e individual aos presos internados nos estabelecimentos prisionais inscritos no Anexo I, antecedida da verificação do prontuário e outras informações pertinentes, para provisão de informações sobre o andamento de seu processo de execução, perspectiva de obtenção de benefícios, e esclarecimento de dúvidas do apenado e colheita de informações para ajuizamento de benefícios ou defesas em procedimentos administrativos disciplinares.

CLÁUSULA SEXTA
- DO REPASSE DE VERBAS -

O valor previsto na Cláusula Terceira, que inclui o previsto na Cláusula Quarta, será transferido em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do primeiro mês de competência (junho de 2014), para conta vinculada a este convênio, em nome da **FUNAP**, junto ao Banco do Brasil S/A e aplicado em conta poupança, devendo ser empregado exclusivamente no pagamento dos advogados e estagiários que atuam na consecução do objeto do **CONVÊNIO**. Os repasses tratados nesta Cláusula serão realizados na medida do atingimento das metas e serão limitados aos seguintes valores:

- a) **R\$ 7.875.000,00** (sete milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais) referentes à alínea “a” da Cláusula Quinta, à razão de R\$656.250,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta reais) por mês;

A large, stylized handwritten signature in black ink is written across the bottom of the page. To the right of the signature is a circular official stamp. The stamp contains the text "ASSESSORIA JURÍDICA" at the top, "DPE/SP" in the center, and "VISTO" at the bottom. A vertical line is drawn through the center of the stamp.



- b) **R\$ 1.782.000,00** (um milhão setecentos e oitenta e dois mil reais) relativos à alínea “b” da Cláusula Quinta, à razão de R\$148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais) por mês;
- c) **R\$ 1.530.000,00** (um milhão quinhentos e trinta mil reais) referentes à alínea “c” da Cláusula Quinta, à razão de R\$127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais) por mês;
- d) **R\$ 6.494.562,00** (seis milhões quatrocentos e noventa e quatro mil e quinhentos e sessenta e dois reais) referentes à alínea “d” da Cláusula Quinta, à razão de R\$ 541.213,50 (quinhentos e quarenta e um mil duzentos e treze reais e cinquenta centavos) por mês;
- e) **R\$ 1.020.000,00** (um milhão e vinte mil reais) para pagamento das diárias, conforme previsto na Cláusula Quarta e no Termo de Convênio original, à razão de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) por mês.

Parágrafo Primeiro - As parcelas referidas nesta Cláusula serão repassadas em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da prestação de contas prevista no inciso XIV da Cláusula Segunda do Termo de Convênio original.

Parágrafo Segundo - O não atingimento de cada uma das metas previstas nas alíneas do *caput* da Cláusula Quinta autorizará a **DEFENSORIA**, salvo caso fortuito ou força maior, a reter o repasse da respectiva meta na medida de sua não satisfação.

Parágrafo Terceiro - A realização de metas mensais que ultrapassem os quantitativos presentes nas alíneas do *caput* da Cláusula Quinta será contabilizada, somente, para fins de eventual compensação nos meses em que as referidas metas não forem alcançadas.

Parágrafo Quarto - A compensação prevista no parágrafo anterior será realizada, exclusivamente, entre metas da mesma alínea do *caput* da Cláusula Quinta.

Parágrafo Quinto - As verbas eventualmente retidas pelo não atingimento das metas mensais previstas nas alíneas do *caput* da Cláusula Quinta serão liberadas na medida em que a defasagem apurada for compensada, dentro do prazo de vigência deste **ADITAMENTO**.





**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir todas as questões decorrentes da execução deste **ADITAMENTO**, que não poderão ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes.

Ficam mantidas todas as disposições do Termo de Convênio Original e do 1º Aditamento que não foram alteradas pelo presente instrumento, que passará a vigor a partir da data de sua assinatura.

E, por estarem certos e ajustados, firmam as partícipes o presente termo na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 1º de junho de 2015.



RAFAEL VALLE VERNASCHI
Defensor Público-Geral do Estado


LOURIVAL GOMES

Secretário de Estado da Administração Penitenciária


LÚCIA MARIA CASALI DE OLIVEIRA
Diretora-Executiva da Fundação Professor Doutor Manoel Pedro
Pimentel - FUNAP

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: MANUEL ALEXANDRE FILIPE MONTEIRO
R.G.: Agente de Defensoria
Assessoria de Convênios
Defensoria Pública do Estado de São Paulo
24.832.663-6

2. 
Nome:
R.G. Pamela Fernandes
RG: 29.608.780-4
Assistente Técnico I
Defensoria Pública do Estado de São Paulo



409
W

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO JUS

(Artigo 5º, inciso II do Decreto n.º 40.722, de 20 de março de 1996)

I – DO HISTÓRICO

Em razão da precariedade da assistência judiciária existente em 1977, a FUNAP criou o *Projeto Jus – Apoio Jurídico ao Preso*, contratando 4 (quatro) advogados, que passaram a atuar junto à Casa de Detenção.

Os serviços consistiam no atendimento do preso e do familiar, na análise da situação jurídica, no encaminhamento do pedido cabível, preferencialmente em sede de execução penal, no acompanhamento de sindicâncias administrativas e nas apresentações de defesa e na solicitação de documentos em diversos órgãos governamentais.

O projeto evoluiu e mais profissionais foram contratados e, com a criação, em 1991, da Coordenadoria da Assistência Judiciária ao Preso, foi assinado convênio entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretária da Administração Penitenciária e esta Fundação, pelo qual os advogados da FUNAP continuaram prestando serviços nos estabelecimentos penais, mas sob a coordenação e orientação da Procuradoria.

Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº 988/06, o convênio passou a ser firmado com a Defensoria Pública.

II - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O convênio tem por objeto a prestação de assistência jurídica suplementar, integral e gratuita aos presos e internados, carentes de recursos financeiros, recolhidos no sistema prisional paulista, conforme relação constante do Anexo I, **na qual foram acrescentados o Centro de Ressocialização de Birigui e as Penitenciárias de Bernardino de Campos e Taquarituba.**

Tais serviços compreendem o atendimento integral ao preso condenado ou internado nos referidos estabelecimentos, incluindo pedidos de benefícios, entrevistas pessoais, procedimentos disciplinares e outras ações que se façam necessárias para garantir o direito da pessoa privada de liberdade.

Para tanto, a FUNAP se compromete a efetuar 1.103.040 (Hum milhão, cento e três mil e quarenta) atendimentos anuais, conforme metas abaixo discriminadas:

- a. a interposição de 126.000/ano ou 10.500/mês pedidos de benefício, tais como progressões de regime, livramento condicional, detração, remição, indulto ou comutação, autorizações de saída, unificação de penas, desinternação ou cessação de medida de segurança, excesso ou desvio de execução;



410
R

- b. a participação em 66.000/ano ou 5.500/mês em processos disciplinares, seja na fase de oitiva do preso, seja para apresentação de defesas;
- c. a realização de 180.000/ano ou 15.000/mês entrevistas com preso;
- d. a realização de 731.040/ano ou 60.920/mês atos instrutórios destinados a garantir o direito da pessoa privada de liberdade, tais como entrevistas com o egresso e/ou seu familiar, pedidos de concessão de fiança, liberdade provisória e relaxamento de flagrante, exame de prontuários, consultas junto às Varas de Execução Criminal, pedidos de certidões e de folhas de antecedentes, etc.

A FUNAP manterá sua infra-estrutura humana e material à disposição da assistência judiciária especialmente no que se refere à administração da relação trabalhista existente entre a entidade e os advogados.

VI - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Assim, a FUNAP se responsabiliza:

1. pela integralidade da folha de salários dos advogados participantes, até o máximo de 271, a partir de R\$2.102,20 (dois mil, cento e dois reais e vinte centavos), mais encargos e benefícios previstos na legislação trabalhista, inclusive diárias, considerando que a maioria das unidades prisionais se situa em local distante, sem transporte público e que o deslocamento deve ser feito por conta do advogado, importando em despesas de combustível para transporte e pedágio;
2. pela remuneração de 271 estagiários, a partir de R\$600,00 (seiscentos reais), cada um, bem como pelo pagamento de auxílio- transporte e de taxa administrativa devida ao CIEE;
3. pelo gerenciamento da frequência e da folha de pagamento dos advogados e estagiários, através de sua Gerência de Recursos Humanos, bem como pelas despesas com as cópias xerográficas e todo o material impresso necessário à execução dos serviços.

A Defensoria Pública se responsabiliza, à vista de relatório comprobatório do atingimento das metas acima, ao repasse dos seguintes valores, tendo em vista que a Fundação não aufere qualquer rendimento pela prestação, através de seus advogados, de serviços de assistência jurídica às pessoas carentes de recursos financeiros privadas de liberdade:

- a. Meta 01 - R\$7.875.000,00 (sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais) por ano ou R\$656.250,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais) por mês;
- b. Meta 02 - R\$1.782.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil reais) por ano ou R\$148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais) por mês;
- c. Meta 03 - R\$1.530.000,00 (Um milhão, quinhentos e trinta mil reais) por ano ou R\$127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais) por mês;



411
2

- d. Meta 04 - R\$6.494.562,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais) por ano ou R\$541.213,50 (quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e treze reais e cinquenta centavos) por mês.
- e. Diárias – R\$1.020.000,00 (hum milhão e vinte mil reais) por ano ou R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) por mês,

O valor total é de R\$18.701.562,00 (dezoito milhões, setecentos e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais) por ano, em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$1.558.219,50 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos), a serem depositadas em conta bancária específica e vinculada, à vista do relatório de metas cumpridas.

Deverá, por fim, a FUNAP apresentar, trimestralmente, prestação de contas dos montantes despendidos no período anterior, sendo certo que o valor não utilizado remanescerá como crédito para a prestação subsequente e, ao final do convênio, devolvido.

III - PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Nos termos do artigo 74 da LEP, a Secretária de Administração Penitenciária tem por objetivo promover a execução penal no âmbito administrativo e proporcionar condições para reinserção social do preso e do internado em âmbito local, razão pela qual sua participação no presente convênio se destina a apoiar a atuação conjunta da DP e FUNAP e a envidar esforços para otimizar a referida relação .

A participação da SAP consiste, também, na cessão de salas nos estabelecimentos penais, para uso exclusivo da assistência judiciária, com disponibilidade de linha telefônica, fornecimento de suprimentos de informática, tal como computadores, acesso a Internet através da rede SAP, acesso portal de "Intranet", e utilização de infra-estrutura material e administrativa das unidades prisionais no auxílio da prestação da assistência jurídica.

São Paulo, 28 de maio de 2015.

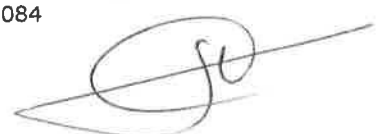

Lúcia Maria Casali de Oliveira
Diretora Executiva

412
B

ANEXO I

UNIDADES PRISIONAIS DA SAP

1. CDP de Bauru
2. CDP de Caiuá
3. CDP de Campinas
4. CDP de Capela do Alto
5. CDP de Caraguatatuba
6. CDP de Cerqueira Cesar
7. CDP de Diadema
8. CDP de Franca
9. CDP de Franco da Rocha (fem.)
10. CDP de Guarulhos I
11. CDP de Guarulhos II
12. CDP de Hortolândia
13. CDP de Itapeverica da Serra
14. CDP de Jundiaí
15. CDP de Mauá
16. CDP de Mogi das Cruzes
17. CDP de Osasco I
18. CDP de Osasco II
19. CDP de Pinheiros I
20. CDP de Pinheiros II
21. CDP de Pinheiros III
22. CDP de Pinheiros IV
23. CDP de Piracicaba
24. CDP de Pontal
25. CDP de Praia Grande
26. CDP de Ribeirão Preto
27. CDP de Riolândia
28. CDP de Santo André
29. CDP de São Bernardo do Campo
30. CDP de São José do Rio Preto
31. CDP de São José dos Campos
32. CDP de São Vicente
33. CDP de Serra Azul
34. CDP de Sorocaba
35. CDP de Suzano
36. CDP de Taiúva
37. CDP de Taubaté
38. CDP de Vila Independência
39. CDP do Belém I
40. CDP do Belém II
41. Centro de Ações de Seg. Hospitalar
42. CPP de Bauru I
43. CPP de Bauru II
44. CPP de Bauru III
45. CPP de Campinas
46. CPP de Franco da Rocha
47. CPP de Hortolândia
48. CPP de Jardinópolis



49. CPP de Mongaguá
50. CPP de Pacaembu
51. CPP de Porto Feliz
52. CPP de São José do Rio Preto
53. CPP de São Miguel Paulista (Fem.)
54. CPP de Tremembé
55. CPP de Valparaíso
56. CPP do Butantã (fem.)
57. CR de Araraquara
58. CR de Araraquara (fem.)
59. CR de Atibaia
60. CR de Avaré
61. **CR de Birigui**
62. CR de Bragança Paulista
63. CR de Itapetininga (fem.)
64. CR de Jaú
65. CR de Limeira
66. CR de Lins
67. CR de Marília
68. CR de Mocóca
69. CR de Mogi Mirim
70. CR de Piracicaba (fem.)
71. CR de Rio Claro
72. CR de Rio Claro (fem.)
73. CR de São José do Rio Preto (fem.)
74. CR de São José dos Campos (fem.)
75. CR de Sumaré
76. CRP de Pres. Bernardes
77. HCTP de Franco da Rocha I
78. HCTP de Franco da Rocha II
79. HCTP de Taubaté
80. Penitenciária da Capital (fem.)
81. Penitenciária de Álvaro de Carvalho
82. Penitenciária de Andradina
83. Penitenciária de Araraquara
84. Penitenciária de Assis
85. Penitenciária de Avanhandava
86. Penitenciária de Avaré I
87. Penitenciária de Avaré II
88. Penitenciária de Balbinos I
89. Penitenciária de Balbinos II
90. **Penitenciária de Bernardino de Campos**
91. Penitenciária de Campinas (fem.)
92. Penitenciária de Capela do Alto
93. Penitenciária de Casa Branca
94. Penitenciária de Cerqueira Cesar
95. Penitenciária de Dracena
96. Penitenciária de Flórida Paulista
97. Penitenciária de Franco da Rocha I
98. Penitenciária de Franco da Rocha II
99. Penitenciária de Franco da Rocha III
100. Penitenciária de Getulina

414
B

101. Penitenciária de Guareí I
102. Penitenciária de Guareí II
103. Penitenciária de Guarulhos I
104. Penitenciária de Guarulhos II
105. Penitenciária de Hortolândia II
106. Penitenciária de Hortolândia III
107. Penitenciária de Iaras
108. Penitenciária de Iperó
109. Penitenciária de Irapuru
110. Penitenciária de Itai
111. Penitenciária de Itapetininga I
112. Penitenciária de Itapetininga II
113. Penitenciária de Itirapina I
114. Penitenciária de Itirapina II
115. Penitenciária de Junqueirópolis
116. Penitenciária de Lavínia I
117. Penitenciária de Lavínia II
118. Penitenciária de Lavínia III
119. Penitenciária de Lucélia
120. Penitenciária de Marabá Paulista
121. Penitenciária de Marília
122. Penitenciária de Martinópolis
123. Penitenciária de Mirandópolis I
124. Penitenciária de Mirandópolis II
125. Penitenciária de Oswaldo Cruz
126. Penitenciária de Pacaembu
127. Penitenciária de Paraguaçu Paulista
128. Penitenciária de Parelheiros
129. Penitenciária de Pirajuí (fem.)
130. Penitenciária de Pirajuí I
131. Penitenciária de Pirajuí II
132. Penitenciária de Potim I
133. Penitenciária de Potim II
134. Penitenciária de Pracinha
135. Penitenciária de Pres. Bernardes
136. Penitenciária de Pres. Venceslau I
137. Penitenciária de Pres. Venceslau II
138. Penitenciária de Reginópolis I
139. Penitenciária de Reginópolis II
140. Penitenciária de Ribeirão Preto
141. Penitenciária de Ribeirão Preto (fem.)
142. Penitenciária de Riolândia
143. Penitenciária de Sant'Anna (fem.)
144. Penitenciária de São Vicente I
145. Penitenciária de São Vicente II
146. Penitenciária de Serra Azul I
147. Penitenciária de Serra Azul II
148. Penitenciária de Sorocaba I
149. Penitenciária de Sorocaba II
150. **Penitenciária de Taquarituba**
151. Penitenciária de Tremembé I
152. Penitenciária de Tremembé I (fem.)



015
13

- 153. Penitenciária de Tremembé II
- 154. Penitenciária de Tremembé II (fem.)
- 155. Penitenciária de Valparaíso

UNIDADES PRISIONAIS DA SSP

- 1. Cadeia Pública de Cananéia
- 2. Cadeia Pública de Caraguatatuba
- 3. Cadeia Pública de Eldorado Paulista
- 4. Cadeia Pública de Iguape
- 5. Cadeia Pública de Jacupiranga
- 6. Cadeia Pública de Jiquiá
- 7. Cadeia Pública de Miracatu
- 8. Cadeia Pública de Registro
- 9. Cadeia Pública de Sete Barras
- 10. Cadeia Pública Feminina de São Vicente
- 11. Cadeia Pública Feminina de Votorantim
- 12. Presídio da Polícia Militar
- 13. Presídio de Polícia Civil

São Paulo, 27 de maio de 2015


Lúcia Maria Casali de Oliveira

Diretora Executiva

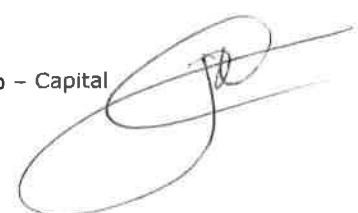
416
 W

ANEXO II
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
SERVIDOR: _____

UNIDADE PENAL: _____

PERÍODO: ____/____/20____ a ____/____/20____

1 - BENEFÍCIOS		TOTAL
Regime semiaberto		
Regime aberto		
Livramento condicional		
Detração		
Remição pelo trabalho		
Remição pelo estudo		
Indulto e/ou comutação		
Autorizações de saída		
Unificação de penas		
Desinternação ou cessação de medida de segurança		
Excesso ou desvio de execução		
Habeas corpus		
META MENSAL DO CONVÊNIO	10.500	
2 - PROCESSOS DISCIPLINARES		
Oitivas		
Defesas		
META MENSAL DO CONVÊNIO	5.500	
3 - ENTREVISTAS COM REEDUCANDO		
META MENSAL DO CONVÊNIO	15.000	
4 - ATOS INSTRUTÓRIOS		
Entrevista com familiar e/ou egresso		
Pedidos de relaxamento de flagrante, liberdade provisória ou fiança		
Prontuários examinados		
Consultas na VEC		
Outros		
META MENSAL DO CONVÊNIO	60.920	





017
10

MEMÓRIA DE CÁLCULO – 29 DE MAIO DE 2015

ABRIL/2015 - FIPE 7,21% 4,20%

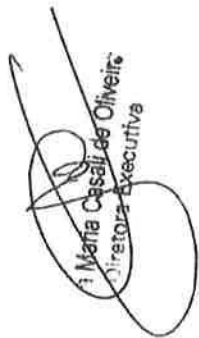
AMPLIAÇÃO – 1.920 VAGAS = 3,45%

CR de Birigui 220

Penitenciária de Bernardino de Campos 850 (População atual – 1.585)

Penitenciária de Taquarituba 850 (população atual – 1.281)

06.2015 a 05.2016	METAS	AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO	METAS PROPOSTAS	VALOR INDIVIDUAL REAJUSTADO	VALOR MENSAL	Nº DE MESES	META ANUAL	VALOR ANUAL
Meta 01	10.000	500	10.500	62,50	656.250,00	12	126.000	7.875.000,00
Meta 02	5.000	500	5.500	27,00	148.500,00	12	66.000	1.782.000,00
Meta 03	15.000	--	15.000	08,50	127.500,00	12	180.000	1.530.000,00
Meta 04	60.000	920	60.920	08,884	541.213,50	12	731.040	6.494.562,00
Diárias	--				85.000,00	12	--	1.020.000,00
TOTAL	90.000	1.920	91.920	--	1.558.463,50	12	1.103.040	18.701.562,00



Maria Casaldó Oliveira
Diretora Executiva